

**Experiências de economia popular solidária no Vale do Rio Pardo:  
processos de trabalho desenvolvidos<sup>1</sup>  
(Popular Solidarity Economy in Rio Pardo Valley: developed work  
processes)**

Caroline Goerck\*

**Resumo** – As cooperativas e associações de trabalho foram criadas, no Brasil, nas últimas décadas do século XX, como uma das formas de gerar trabalho e renda aos sujeitos que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho. Este artigo refere-se a uma pesquisa que teve como objetivo analisar a organização dos processos de trabalho desenvolvidos em três cooperativas e uma associação existentes no Rio Grande do Sul. Com a efetivação desta pesquisa, pode-se verificar que, num primeiro momento, é a possibilidade de gerar trabalho e renda que ocasiona a inserção dos trabalhadores nesses empreendimentos coletivos. Existem, entretanto, outras características importantes na constituição dessas experiências e de seus processos de trabalho. Os integrantes das cooperativas e/ou associação podem elaborar as suas próprias regras de normatização da produção e de gestão dos empreendimentos. Merece referência também, o processo de participação dos sujeitos nas decisões e nas atividades que desenvolvem, possibilitando que esses empreendimentos se tornem autogestionários – com exceção de uma cooperativa –, bem como o rodízio das atividades efetuadas pelos trabalhadores nos processos de trabalho. Para o desenvolvimento desses empreendimentos, faz-se necessário, no entanto, o incentivo do poder público, mediante políticas públicas que financiem e assessorem essas experiências.

**Palavras-chave** – Reestruturação do Capital. Economia popular solidária. Processos de trabalho.

**Abstract** – The cooperatives and work associations were created in Brazil, in the last decades of the century XX, as one in the ways of generating work and income to the subjects that are excluded of the formal market of work. This article refers to a research that had as objective analyzes the organization of the work processes developed in three cooperatives and an association, existent in Rio Grande do Sul. With the accomplishment of this research it can be verified that, in a first moment, it is the possibility to generate work and income that causes the workers' insert in those collective enterprises. However, there are other important characteristics in the constitution of those experiences and of their work processes. The members of the cooperatives and association can elaborate their own rules and norms of the production and of administration of the enterprises. They also deserves reference, the process of participation of the subjects in the decisions and in the activities that develop, making possible that those enterprises become self directed – except for a cooperative –, as well as the direction of the activities made by the workers in the work processes. For the development of

---

• Artigo recebido em 29.04.2008. Aprovado em 13.11.2008.

<sup>1</sup> Este artigo é originado de uma pesquisa de mestrado realizada pela autora e orientado pela Profª. Pós-Doutora Leônia Capaverde Bulla, com o apoio CNPq e da CAPES, por meio do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

\* Professora de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, São Borja/RS – Brasil. Assistente Social, Mestre e Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Email: carolinegoerck@yahoo.com.br.

those enterprises, it is done necessary, however, the incentive of the public power, by public politics that finances and advises those experiences.

**Key words** – Restructuring of the capital. Solidary popular economy. Processes of work.

## **Introdução**

Com a reestruturação do capital (produtiva e gerencial), oportunizada por avanços de automação, robótica e microeletrônica, cria-se uma massa de trabalhadores (considerados “sobrantes” pelo capital), o que acirra o processo de alienação, a precariedade das condições de trabalho e as desigualdades sociais. Paralelamente à reestruturação do capital, ocorre o processo de minimização do Estado e o desmonte das políticas sociais públicas, implicando a perda dos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora.

Diante dessa realidade, no final do século XX e limiar do século XXI, ressurgem experiências associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo, como uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos trabalhadores. A Economia Popular Solidária pode ser considerada uma das alternativas aos trabalhadores, diante do acirramento da questão social (entre elas, a falta de empregos formais), ocasionado pela reestruturação do capital (ANTUNES, 1995), como uma das formas de resistências dos sujeitos à questão social,<sup>2</sup> sendo que estes empreendimentos coletivos são originados da desigualdade social e econômica. Este artigo tem como finalidade apresentar os dados obtidos por meio de uma pesquisa que analisou a organização dos processos de trabalho em experiências de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul, mais especificamente no Vale do Rio Pardo.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Questão Social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os trabalhadores sociais (IAMAMOTO, 2000).

<sup>3</sup> O Vale do Rio Pardo é constituído pelos seguintes municípios: Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita, Lagoão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

## 1 **Apresentação dos processos de trabalho desenvolvidos na associação e nas cooperativas pesquisadas no Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul**

No Vale do Rio Pardo, praticamente não existem estudos e pesquisas referentes à Economia Popular Solidária. Neste artigo<sup>4</sup> pretende-se aprofundar aspectos inerentes à organização e sistematização dos processos de trabalho em três cooperativas e uma associação de trabalho: Cooperativa A, constituída por 23 integrantes, sendo que desses, 4 são homens e 19 são mulheres; Cooperativa B, que é composta por 13 cooperados – 11 mulheres e 2 homens; Cooperativa C, que possui 27 cooperadas (todas mulheres); e, a Associação D, que possui como associados 12 mulheres e 3 homens, totalizando 15 integrantes. Estas 4 experiências coletivas constituem a Economia Popular Solidária nas zonas urbanas nos municípios do Vale do Rio Pardo.

Os processos de trabalho realizado nas três cooperativas e na associação, pesquisadas nas áreas urbanas do Vale do Rio Pardo, são caracterizados pela prestação e/ou terceirização de serviços. Cada experiência, entretanto, possui um objeto de trabalho diferenciado nas atividades que desenvolvem – com exceção da Associação D e da Cooperativa A. A Associação D e a Cooperativa A são empreendimentos coletivos que possuem o mesmo tipo de objeto de trabalho: a coleta e a seleção de lixo (material reciclável); a Cooperativa C trabalha mais especificamente com a confecção de roupas<sup>5</sup> (*jeans*); e, a Cooperativa B se dedica ao acolhimento e cuidado de crianças e adolescentes, mediante a constituição de uma creche.<sup>6</sup>

O trabalho que vem sendo realizado coletivamente por esses trabalhadores possui um valor de uso à sociedade, seja por meio da coleta de material reciclável, seja pelo cuidado de crianças, ou pela produção de confecções (vestuário). “O processo de trabalho tem por finalidade a criação de valores-de-uso para o atendimento das necessidades humanas” (PRATES, 2003, p. 104). Ao mesmo tempo em que os processos de trabalho efetivados por

---

<sup>4</sup> A coleta dos dados foi realizada em janeiro de 2005, podendo já ter ocorrido alguma alteração referente aos dados apresentados neste artigo. Para a apresentação da análise das informações, não serão revelados os nomes das cooperativas e da associação.

<sup>5</sup> Essas mercadorias são comercializadas com a empresa que fornece os maquinários à cooperativa. Quando os trabalhadores confeccionam mais produtos do que demanda à empresa que cede os maquinários, estas confecções são comercializadas com empresas (ou lojas) menores do município de Sinimbu. Com base em informações obtidas na coleta de dados (coleta realizada por meio de entrevistas), constata-se que, ao mesmo tempo em que a “cedência” de maquinários facilita a produtividade na cooperativa (pois a cooperativa não possui condições de adquirir os meios de produção necessários à produtividade), por outro lado, cria uma dependência e subalternidade do empreendimento coletivo aos interesses desta mesma empresa. A contradição que envolve a dependência nos processos de produção, desencadeia a falta de autonomia e de viabilidade econômica dessa cooperativa.

<sup>6</sup> Creches ou escolas infantis atendem crianças até 7 anos de idade, ou seja, até o momento em que são inseridas no Ensino Fundamental.

esses cooperados e associados, ao desenvolverem as matérias-primas, possuem um valor de uso à sociedade, também se pode referir que esse trabalho desenvolvido possui um valor de troca, pelo qual a matéria-prima é comercializada, gerando, assim, a renda desses trabalhadores.

Já os meios de trabalho utilizados pelas cooperativas e pela associação, além do prédio onde se localizam os empreendimentos, são assim desenvolvidos: na Associação D e na Cooperativa A os trabalhadores fazem uso de máquinas para triturar e empacotar os materiais coletados, bem como de carrocinhas para o recolhimento de material; na Cooperativa C, os meios e instrumentos utilizados são as máquinas de confecção – que são cedidas por uma empresa; e, por último, na Cooperativa B, os meios de produção são constituídos pelos computadores (existentes no escritório), por um veículo utilizado para locomover os trabalhadores e as crianças<sup>7</sup> e por móveis e utensílios utilizados para o funcionamento da creche e do escritório.

Referente à efetivação das atividades desenvolvidas por esses coletivos de trabalhadores, pode-se explicar que é realizada, basicamente, tendo como caracterização o rodízio das tarefas – polivalência. Segundo as falas dos próprios associados e cooperados, a organização dos processos de trabalho, baseada no rodízio das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, ocorre pelos seguintes elementos motivadores: “Porque um ajuda o outro” (Paula, Associação D); “Porque quando falta alguém, ou quando há necessidade, outro substitui” (Fernanda, Cooperativa A); “Quando um de nós não pode coletar material na rua, outro vai no seu lugar” (João, Cooperativa A); “Porque a gente cansa de sempre fazer a mesma atividade, então preferimos nos revezar” (Samanta, Associação D); “Porque temos que ter amizade entre a gente” (Joana, Cooperativa C).

Com base nestas informações, percebe-se que, ao contrário dos processos de trabalho desenvolvidos pelos protótipos de produção tayloristas/fordistas e, semelhantemente aos processos produtivos originados pela acumulação flexível (reestruturação produtiva) nas cooperativas e na associação pesquisadas, os trabalhadores realizam as atividades com maior flexibilidade e rotatividade nas funções que desenvolvem. O que diferencia, no entanto, a polivalência e a flexibilidade nas atividades realizadas pelos trabalhadores, nesses empreendimentos coletivos, comparados com as demais empresas existentes no mercado, são as causas originárias desses revezamentos. Enquanto nas empresas privadas os trabalhadores devem exercer várias funções (polivalência), com objetivo de enxugar os custos de produção

---

<sup>7</sup> Para locomover, inclusive, em situações em que algum trabalhador ou criança sofra qualquer tipo de acidente.

e aumentar a acumulação de capital, nas cooperativas e na associação o rodízio dos trabalhadores diante das tarefas desenvolvidas nos processos de trabalho é desencadeado pelos seguintes motivos: “Com o intuito de um ajudar o outro” (Fernanda, Associação D); “Porque a gente se combina entre si” (Alexandra, Cooperativa A); “Porque a gente cansa de fazer a mesma coisa e, então, nos combinamos entre nós” (Alex, Associação D); “Quando algum colega pede” (Vanessa, Cooperativa C); “A gente combina entre a gente” (João, Cooperativa A); “Quando um não pode o outro ajuda” (Estefani, Cooperativa C).

Nesse sentido, constata-se pelas respostas dos sujeitos entrevistados que existem como elementos motivadores ao rodízio das atividades desenvolvidas, o desgaste de exercer sempre a mesma atividade laboral e a existência de solidariedade nos processos de produção. Em relação ao desgaste de desempenhar sempre a mesma função, pode-se referir que, como os trabalhadores não realizam somente uma atividade produtiva, o trabalho desses sujeitos, possivelmente, não passa a ser visto como cansativo, monótono ou penoso. Outro aspecto relevante, em relação à não-exclusividade de realização de apenas uma tarefa laboral por esses sujeitos nos processos de trabalho, refere-se ao fato de que, possivelmente, os trabalhadores não sejam alienados. Isso significa que os trabalhadores, ao desempenharem várias atividades dentro das cooperativas e/ou associação, passam a ter clareza sobre as várias etapas que envolvem o funcionamento dos processos de trabalho, se identificando e ressignificando, então, possivelmente, as atividades que desempenham.

No que se refere à existência de solidariedade nas alternâncias das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, percebe-se, segundo suas respostas, que essas experiências valorizam os sujeitos e o trabalho desenvolvido por eles. Nesse sentido, percebe-se que esses empreendimentos solidários são contribuintes ao processo emancipatório dos trabalhadores, no que se refere à organização, sistematização e relações nos processos de trabalho, pois a solidariedade que é referida neste estudo não corresponde ao humanismo cristão, mas ao processo de conscientização do coletivo em relação à humanização nas relações e desenvolvimento dos processos de trabalho. Verifica-se que esses empreendimentos populares e solidários contribuem para uma lógica diferenciada em relação ao sistema capitalista, pois a solidariedade e a alternância das tarefas se fazem presentes – mesmo com a inserção desses empreendimentos coletivos no sistema capitalista. É pela união nos processos de trabalho de seus integrantes que este tipo de economia (solidária) vem gerando renda e uma conseqüente melhoria de vida aos seus participantes (TIRIBA, 2000), mesmo que ainda de modo incipiente.

No que se refere ainda à solidariedade nos processos de trabalho, outro indicativo a que se remete é o adoecimento dos trabalhadores. Quando os trabalhadores adoecem, continuam recebendo rendimentos das experiências em que estão associados. Recebem a renda, quase nas mesmas condições, como se estivessem trabalhando com os demais colegas, até o momento em que passam a ser amparados pela Previdência Social. A única experiência pesquisada que desconta dos cooperados (segundo as informações obtidas pelas entrevistas realizadas com os sujeitos), quando os trabalhadores faltam ao trabalho, mesmo em caso de adoecimento, é a Cooperativa B.<sup>8</sup> Verifica-se, assim, que na Cooperativa B as relações entre os trabalhadores são marcadas pela mesma lógica existente no sistema capitalista, em que pesa a individualidade e a competitividade se faz presente – e não a cooperação e ajuda mútua entre os cooperados e associados.

Referente à quantidade de horas destinadas às atividades realizadas nos processos de trabalho, tanto na Cooperativa C, como na Cooperativa B, os sujeitos trabalham em torno de oito horas diárias, de segunda a sexta-feira, nas cooperativas. Segundo as informações obtidas dos trabalhadores das demais experiências coletivas (da Associação D e da Cooperativa A) normalmente esses sujeitos trabalham mais de oito horas diárias. Na Associação D, o trabalho também é realizado de segunda a sexta-feira; já na Cooperativa A, é realizado entre segunda-feira e sábado, totalizando seis dias por semana. Esses dois empreendimentos, em que os cooperados e/ou associados trabalham mais de oito horas diariamente (a Cooperativa A e a Associação D), possuem como analogia os seus objetos de trabalho: a coleta de material reciclável.

Enquanto que em dois empreendimentos os sujeitos trabalham oito horas diárias (Cooperativas B e C), nos outros dois, que possuem como matéria-prima a coleta de material reciclável (Associação D e Cooperativa A), ou seja, 50% dos empreendimentos, os trabalhadores trabalham mais de oito horas diárias, para a geração de suas rendas. Essa opção por trabalhar mais do que oito horas diárias é atitude dos próprios trabalhadores desses empreendimentos (segundo suas respostas), pois preferem trabalhar mais horas, prospectando coletar maior quantidade de material e aumentar, respectivamente, suas rendas. A fala de um dos trabalhadores da Cooperativa A é esclarecedora nesse sentido: “Eu acho que os sócios têm o mesmo pensamento, quanto mais a gente trabalha, mais a gente ganha” (João,

---

<sup>8</sup> Quando os cooperados justificam a falta (atestado médico), são descontados 2% dos seus rendimentos mensais, por dia faltado; quando os trabalhadores faltam sem justificativa, são descontados 5% ao dia de sua renda mensal.

Cooperativa A). Esse trabalhador explana que, quanto mais os sujeitos trabalham, enquanto coletivo, maior serão suas rendas mensais.

Esses dados proporcionam visibilidade para uma realidade que comumente não é transmitida pelos veículos de comunicação, nem pelos detentores dos meios de produção, pois essas informações são reveladoras de que se os trabalhadores possuem baixos rendimentos, não é por falta de horas trabalhadas ou de “esforço”, visto que na Associação D e na Cooperativa A os sujeitos trabalham mais de oito horas diárias. “[...] velhas noções a respeito da causa do pauperismo, que punham acento na predestinação divina, na fraqueza moral dos desvalidos, na inferioridade biológica e cultural das classes dominadas e na naturalização das desigualdades sociais [...]” (PEREIRA, 2002, p. 17), devem ser repensadas, pois as desigualdades são oriundas de determinações históricas e hegemônicas que permeiam a realidade.

Esse é um dos fatores que torna muito difícil a ruptura com o capital, pois esta estrutura está arraigada na realidade. Neste trabalho não se pretende pressupor que a Economia Popular Solidária é o modo de transformar e romper com o capital. Pode-se referir, porém, que a Economia Popular Solidária se constitui numa das alternativas de geração de trabalho e renda, diante das manifestações da questão social. Já os seus processos de trabalho, quando efetivados respaldados em elementos como, por exemplo, a solidariedade, a ajuda mútua e a cooperação entre os trabalhadores, podem constituir-se em formas de os sujeitos expressarem sua contestação ao capital e aos seus processos de produção, pois as rupturas na realidade não são lineares, mas permeadas de contradições e conflitos, por intermédio de avanços e retrocessos. Nesse sentido, possivelmente com as contribuições obtidas por meio destas experiências populares e solidárias e outros movimentos sociais, possa ser criada, futuramente, alguma alternativa viável que realmente transforme ou substitua este modo de produção excludente.

Outro elemento importante analisado refere-se à partilha dos rendimentos. Segundo a fala dos trabalhadores, todos recebem o mesmo valor, com exceção das lideranças dos empreendimentos populares<sup>9</sup> e da professora que trabalha na Cooperativa B. Novamente constata-se que na Cooperativa B não existe uma relação de igualdade estabelecida entre os trabalhadores, pois a trabalhadora que possui maior escolaridade, também possui a maior rentabilidade.<sup>10</sup> Nos demais empreendimentos populares, todos recebem o mesmo valor, por

---

<sup>9</sup> Recebem um valor um pouco maior, pelas responsabilidades que assumem.

<sup>10</sup> Essa trabalhadora recebe mensalmente R\$ 1.000,00, enquanto que os demais trabalhadores recebem a metade (R\$ 500,00).

meio do processo de partilha, que ocorre normalmente no término do mês. O processo de partilha é realizado após o pagamento das despesas mensais fixas dos empreendimentos coletivos (dívidas, aquisições de novos materiais, manutenções, contas, entre outros).<sup>11</sup> Segundo o artigo 16 e inciso I da lei referente ao Cooperativismo, de 1971, deve ser destinada uma reserva legal com o mínimo de 10% das sobras para reparar perdas e prejuízos e atender ao desenvolvimento de suas atividades (NASCIMENTO, 2000).

A Cooperativa C possuía, em janeiro de 2005, a maior arrecadação financeira mensal: em torno de R\$ 16.000,00; a Cooperativa B, a segunda, em torno de R\$ 7.500,00; a Cooperativa A, a terceira, em torno de R\$ 4.000,00; e a Associação D, a menor arrecadação, em torno de R\$ 1.900,00. Segundo os dados coletados, também no mês de janeiro de 2005,<sup>12</sup> a renda individual dos trabalhadores correspondia em média aos seguintes valores:

Baseando-se nestes dados, constata-se que as Cooperativas C e B são os empreendimentos coletivos que geram maior renda mensal aos trabalhadores, em torno de R\$ 450,00 na Cooperativa C e R\$ 500,00 na B. Esses dados vão ao encontro das informações explanadas anteriormente, pois, concomitantemente, são as experiências que mais arrecadam e, conseqüentemente, comercializam os produtos mensalmente. Já os dois empreendimentos que possuem como objeto de trabalho a coleta de material reciclável, são as experiências que possuem uma rentabilidade mensal menor por trabalhador, em média em torno de R\$ 120,00 na Associação D e de R\$ 260,00 na Cooperativa B.<sup>13</sup> Mesmo com os baixos rendimentos, os trabalhadores, quando perguntados sobre suas situações financeiras, todos os sujeitos (100%), responderam que suas rendas melhoraram a partir do momento em que se inseriram nas cooperativas e associação de trabalho. Assim, constata-se que a renda gerada por esses empreendimentos coletivos é significativa aos seus integrantes.

Observa-se, entretanto, que os sujeitos que se inserem nessas experiências coletivas não adquirem rendimentos elevados por meio de seus trabalhos, mas, possivelmente, com a implementação e efetivação do apoio de políticas públicas, se tornará viável um aumento na geração de renda desses trabalhadores, pois essas políticas contribuem com cursos de capacitação aos cooperados e/ou associados, com financiamento de projetos das experiências, com acompanhamento e assessoramento desses empreendimentos populares (ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO, 2003). A Política Pública de Economia Solidária, que ainda está em fase de implementação pelo Ministério do Trabalho – SENAES –, com os

---

<sup>11</sup> Com exceção de uma cooperativa, em que a renda que é designada pelos próprios trabalhadores de salário (reprodução de relações do sistema capitalista), é paga pela prefeitura.

<sup>12</sup> O salário mínimo no Brasil, em janeiro de 2005, correspondia a R\$ 260,00.

<sup>13</sup> Os trabalhadores destes empreendimentos trabalham mais de oito horas diárias.



Estados e Municípios, tem como finalidade “o combate efetivo das causas estruturais da pobreza e promover a inclusão e o desenvolvimento social” (ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO, 2003). Essa política pública foi criada pelo governo mediante a reivindicação dos próprios trabalhadores que atuam nessas experiências coletivas, tendo como intencionalidade combater a pobreza e criar alternativas de geração de renda aos trabalhadores que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho.

Essa política pública também possui os seguintes objetivos: contribuir para a dignidade dos cidadãos; contribuir para a erradicação da pobreza; contribuir para a promoção, a ampliação das oportunidades e para a melhoria das condições de trabalho e renda; reconhecer e fomentar diversas formas de Economia Popular Solidária; contribuir para o desenvolvimento e sustentabilidade socioeconômicos e ambientais dessas experiências; contribuir para dar visibilidade e legitimar às experiências de Economia Popular Solidária; viabilizar o acesso das experiências de Economia Popular Solidária aos instrumentos de fomentos; promover a intersetorialidade das políticas públicas que possam fomentar a Economia Popular Solidária; fortalecer e incentivar a organização dos diversos atores sociais, priorizando os sujeitos que atuam em experiências de Economia Popular Solidária (ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO, 2003). Nesse sentido, constata-se a importância de políticas públicas, tanto ao incentivo, como à manutenção e viabilidade das experiências de Economia Popular Solidária, seja pela aquisição de meios de produção, de cursos de capacitação aos trabalhadores ou de financiamento aos empreendimentos.

Pode-se visibilizar também outros elementos preponderantes referentes aos processos de trabalho constituintes das experiências de Economia Popular Solidária (além da organização das atividades e da rentabilidade desses empreendimentos), como o processo de autogestão e de participação dos trabalhadores.<sup>14</sup>

De acordo com a análise realizada mediante os documentos acessados (estatutos, regimentos e reportagens) e com as respostas obtidas pela realização de entrevistas com os trabalhadores (aplicação de formulários), constatou-se, entre outros elementos analisados, que os quatro empreendimentos (100%) possuem diretoria. Essas diretorias são compostas pelos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, conselho fiscal (integrado por três membros). Somente a Cooperativa B possui um cargo a mais na direção, o de coordenação de educação – que é ocupado pela professora. A gestão do grupo de

---

<sup>14</sup> Neste estudo compreende-se a gestão dos empreendimentos pesquisados como uma das características dos processos de trabalho.

trabalhadores, que estão inseridos nas diretorias, possui duração de dois anos consecutivos, quando, então, ocorrem novas eleições para a composição de nova diretoria.

Nesse sentido, pode-se referir que nas cooperativas e associações existem outros elementos que, possivelmente, são tão importantes quanto o aspecto econômico. A Economia Popular Solidária não se constitui apenas numa das alternativas ao desemprego, geradora de trabalho e renda, pois é por meio do aspecto político e “social que é pressuposto o sentido do econômico” (LEBOUTTE, 2003, p. 12). Para o desenvolvimento dessas experiências, faz-se necessário um conjunto de princípios, como os de solidariedade, responsabilidade, respeito ao coletivo e à sua diversidade e o comprometimento dos trabalhadores à cooperativa/associação. Esses princípios de solidariedade, auto-ajuda, comprometimento devem constituir e permear a organização e a realização das atividades desenvolvidas nos processos de trabalho. Percebe-se que, além do aspecto econômico, essas experiências possivelmente contribuem com a formação e conscientização desses sujeitos (TIRIBA, 2000), em que os trabalhadores, além de participarem dos processos de produção, adquirem conscientização e se percebem como sujeitos integrantes das experiências, responsabilizando-se pelas atividades que realizam. Quando ocorre o processo de comprometimento, participação e envolvimento dos trabalhadores nas atividades produtivas e no processo de gestão,<sup>15</sup> enquanto coletivo, considera-se que essas experiências são autogestionárias. “A autogestão é a expressão máxima de uma gestão participativa, seja em nível societário mais amplo, ou ao nível restrito de uma gestão de uma organização” (PRATES, 2003, p. 119).

Por autogestão se compreende o empreendimento cuja gestão é exercida democraticamente pelos sujeitos e que se realiza no mercado. Ou seja, “autogestão cooperativa é a gestão da cooperativa pelos próprios associados. É uma forma de democratização das decisões em organizações econômicas simples ou complexas, características que marcam todas as cooperativas” (PINHO, 2004, p. 81).

Com relação ao processo de participação<sup>16</sup> dos trabalhadores na gestão desses empreendimentos, é fundamental que a cooperativa e/ou associação forneça as seguintes

---

<sup>15</sup> Entende-se “gestão como um processo que articula forma e conteúdo, pensamento e ação para conduzir investigações, ações ou organizações, visando à consecução de determinados fins, de acordo com o interesse de indivíduos, grupos, organizações ou classes” (PRATES, 1995, p. 100). Ou seja, a gestão é compreendida neste estudo, como a forma em que os empreendimentos populares e coletivos se organizam e direcionam o processo de decisão e execução dos empreendimentos.

<sup>16</sup> A participação é o processo social que existe independente da interferência provocada por um ou outro agente externo. [...] Como tal, é um processo dinâmico e contraditório. O homem é criador por natureza; no entanto, enquanto ser social nasce já num contexto historicamente dado. Encontra em tal contexto um conjunto de relações e instituições que o fazem ocupar posições que independem de decisões próprias, assumindo, inclusive, determinado sistema de pensar e agir (SOUZA, 2004, p. 81).

condições aos seus associados: que os sujeitos tenham plenas condições de participação; que as sugestões e críticas apresentadas pelos trabalhadores sejam levadas em consideração pelo coletivo; que exista, por parte da diretoria, uma política de transparência e de esclarecimento de suas ações, perante aos demais membros das cooperativas e/ou associações (RECH, 2000). Segundo as informações coletadas, os trabalhadores que estão inseridos na Cooperativa B (que não ocupam cargos na diretoria) responderam que nem sempre são ouvidos nas suas opiniões e sugestões, durante as reuniões ou na realização das atividades que envolvem o processo de trabalho. Nesse sentido, percebe-se que na Cooperativa B pode estar havendo uma centralização no processo de tomada de decisões.

Com as respostas obtidas nas entrevistas realizadas com os trabalhadores, porém, constatou-se que as demais experiências populares tentam desenvolver um processo de gestão participativa nos seus processos de trabalho. Essa gestão que vem se tentando desenvolver nas demais experiências pesquisadas (Associação D, Cooperativa A e Cooperativa C), é designada de gestão estratégico-participativa, e se configura “através de ações estratégicas, descentralizando o poder, ampliando e incentivando os canais de participação. Sua expressão máxima seria a autogestão” (PRATES, 1995, p. 101). Com exceção dos trabalhadores da Cooperativa B (caracterizada neste estudo como um processo de gestão concentradora), quando os sujeitos entrevistados foram perguntados acerca de seus posicionamentos em relação às propostas apresentadas pelo coletivo e/ou pela diretoria, responderam que normalmente argumentam nas reuniões, quando não concordam com alguma proposta ou decisão. “[...] as relações de trabalho são de natureza bastante distinta: no processo de gestão, por exemplo, não há patrões e empregados, mas apenas sócios-proprietários” (GONH, 2003, p. 15). Nesse sentido, longe de ser uma visão ingênua desses empreendimentos, percebe-se que essas cooperativas e associação vêm tentando realizar um processo de gestão participativa, que possivelmente pode ser caracterizado como tentativas de processos autogestionários. Na Cooperativa B, entretanto, a diretoria detém o poder, centralizando as decisões da cooperativa, mesmo quando os demais cooperados participam das reuniões e assembléias.

Mediante esses relatos, constata-se que os trabalhadores se sentem responsáveis pelas cooperativas e associação, mesmo quando não ocupam cargos na direção. Das respostas citadas, somente a Elisângela e a Joana responderam que se sentem obrigadas e/ou intimadas a participar das reuniões. A Joana porque faz parte da diretoria e a Elisângela responde que participa porque é obrigatório. Ambas as cooperadas trabalham na Cooperativa B. Os 87,09% dos trabalhadores que informaram que se sentem responsabilizados pelos empreendimentos,

integram os outros três empreendimentos pesquisados. “Pode-se contrapor pobreza socioeconômica e pobreza política. A primeira passa em boa parte pela fome, pela miséria material. A segunda, pela falta de participação” (DEMO, 1999, p. 15).

Constata-se, assim, que a participação, se for realizada com criticidade, é fundamental ao processo de gestão num empreendimento coletivo, pois é por meio dessa participação e do comprometimento dos trabalhadores que esses empreendimentos possivelmente se tornam autogestionários. Esse processo de participação e de autonomia dos trabalhadores na associação e nas cooperativas pode ser confirmado por meio dos seguintes elementos: presença nas reuniões, capacidade de opinar, capacidade de indicar colegas e se auto-indicar à diretoria, capacidade dos associados em estabelecer igualdade nas relações de trabalho, capacidade de eleger seus representantes, entre outros.<sup>17</sup> O processo de participação dos trabalhadores, portanto, está envolto ao estabelecimento de relações de igualdade e de democracia entre os cooperados e/ou associados. Já o seu oposto, a não-participação dos trabalhadores nas cooperativas e associações (que pode resultar na pobreza política), pode ser caracterizada pela ausência dos seguintes elementos constitutivos de uma experiência coletiva e popular: dificuldade de auto-sustentação dos empreendimentos (problemas de organização comunitária); falta de consciência crítica e autocrítica por parte dos trabalhadores; falta de capacidade de reivindicação organizada, de planejamento participativo; dificuldade de auto-sustentação das experiências (conformismo, passividade, paternalismo); falta de “luta” por parte dos sujeitos para a aquisição de instrumentos de trabalho e produção; deficiência no processo de autogestão (capacidade de resolver problemas materiais e políticos) (DEMO, 1999).

Quando os trabalhadores foram perguntados sobre as suas percepções em relação à diferença entre serem funcionários e serem cooperados e/ou associados em experiências de Economia Popular Solidária, 77,41% dos entrevistados responderam que existe muita diferença (somente 22,58% não responderam ou disseram que não havia diferença).<sup>18</sup> Esses dados podem ser visibilizados pelas seguintes respostas dos trabalhadores: “A gente é que é o dono” (Sandra, Cooperativa A); “Aqui a gente trabalha por conta” (Vera, Cooperativa C); “A gente mesmo que se manda” (Regina, Associação D); “Trabalha com mais liberdade” (Rosângela, Associação D); “Aqui não tem patrão, é bem melhor do que trabalhar de

---

<sup>17</sup> Ou seja, a participação pode ser verificada também, pelos “processos de descoberta e problematização dos interesses, ou seja, a conscientização; a arregimentação da força social, ou seja, a organização social da população; a reciclagem e redefinição contínua de novos interesses e mecanismos de enfrentamento, ou seja, a capacitação; todos esses são componentes do processo pedagógico da participação” (SOUZA, 2004, p. 87).

<sup>18</sup> Trabalhadores que integram a Cooperativa B.

doméstica, aqui a gente trabalha para a gente” (Carine, Associação D); “A gente se torna dona e temos que ter a cabeça no lugar” (Deise, Cooperativa C). Com base nestes comentários dos sujeitos, constata-se que os mesmos se sentem responsáveis pelos empreendimentos coletivos, pois se percebem como associados e/ou participantes dos empreendimentos.

### **Considerações finais**

Este artigo teve como objetivo apresentar os processos de trabalho desenvolvidos em experiências de Economia Popular Solidária no Vale do Rio Pardo. Com a III Revolução Industrial, o capital alcançou um nível tão elevado de acumulação nos seus processos de produção, a ponto de excluir, acirradamente, uma massa de sujeitos do mercado formal de trabalho – especialmente os menos qualificados. Nesse sentido, mesmo com os baixos rendimentos obtidos pelos trabalhadores nestas experiências (entre meio salário mínimo a dois salários mínimos), pode-se constatar que são muito significativas para estes sujeitos. Verifica-se então que, primeiramente, os que faz com que os trabalhadores se insiram nesses empreendimentos coletivos é a possibilidade de gerar trabalho e renda. Estes dados são ilustrativos de que os sujeitos que integram os empreendimentos coletivos no Vale do Rio Pardo são trabalhadores com baixa qualificação profissional e, se não estivessem incluídos nessas cooperativas e associação, possivelmente estariam em situação de vulnerabilidade social.

Pode-se considerar, também, que essas experiências cooperativistas e associativistas representem, possivelmente, formas de resistência e de contestação dos sujeitos ao sistema capitalista. É importante que se faça referência a essa realidade, devido à ruptura que essas experiências coletivas, populares e solidárias introduzem nas relações que envolvem os seus processos de trabalho, respaldados em princípios de solidariedade, democracia, participação e autogestão dos empreendimentos, diferenciando-se, assim, da lógica e da finalidade do sistema capitalista – de acumulação e centralização de capital. Refere-se, entretanto, o fato de que algumas cooperativas e associações vêm sendo utilizadas como formas de publicização ou terceirização de serviços públicos e de privados. Esta realidade pode estar ocorrendo com os trabalhadores da Cooperativa B e da Cooperativa C. Mas, constata-se uma diferença entre essas duas experiências, pois, ao contrário da Cooperativa B, os trabalhadores da Cooperativa C são conscientes de sua dependência – que foge à finalidade dessas experiências.

Por fim, destacam-se a importância e a relevância deste estudo, pois, praticamente, não existem pesquisas e bibliografias referentes à Economia Popular Solidária na região do Vale

do Rio Pardo. Com a inserção da classe trabalhadora na lógica do sistema capitalista, em que é considerado cidadão o sujeito que está incluído no mercado formal de trabalho ou que possui uma fonte de renda, enfatiza-se a importância do apoio de políticas públicas e profissionais que assessorem estas experiências coletivas. Esses empreendimentos comumente são suscitados pelos sujeitos como uma das alternativas de gerar trabalho e renda, diante das manifestações da questão social.

### Referências

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DEMO, Pedro. *Avaliação qualitativa*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. (Polêmicas do nosso tempo).

E19 *Economia Solidária em Desenvolvimento*. Brasília: TEM; SENAES, 2003.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2000.

LEBOUTTE, Paulo. *Economia Popular Solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. *Cooperativismo como uma Alternativa de Mudança: uma abordagem normativa*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PINHO, Diva Benevides. *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004.

PRATES, Jane Cruz. *Gestão estratégica de instituições sociais: o método marxiano como mediação do projeto político*. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995. (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. *Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social*. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SOUZA, Maria Luiza de. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TIRIBA, L. A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 221-224.